

Sumário

Capítulo 1 – Direito Tributário na Constituição Federal	1
1.1 Limitações ao poder de tributar.....	1
1.2 Princípios do direito tributário.....	2
1.2.1 Princípio da Legalidade (Art. 150, I, CF)	2
1.2.1.1 Exceções ao Princípio da Legalidade.....	5
1.2.2 Princípio da Isonomia (Art. 150, II, CF)	8
1.2.3 Princípio da Capacidade Contributiva (Art. 145, §1º, da CF)	13
1.2.4 Princípio da Irretroatividade (Art. 150, III, “a”, CF)	19
1.2.5 Princípio da Anterioridade (Art. 150, III, “b”, CF)	21
1.2.5.1 Exceções ao Princípio da Anterioridade.....	23
1.2.6 Princípio da Noventena (Art. 150, III, “c”, CF)	24
1.2.6.1 Exceções ao Princípio da Noventena.....	25
1.2.6.2 Comparativo das Exceções aos Princípios da Anterioridade e da Noventena Previstas Expressamente na CF.....	26
1.2.7 Princípio do Não Confisco (Art. 150, IV, CF)	26
1.2.8 Princípio da Liberdade de Tráfego de Pessoas ou Bens (Art. 150, V, CF)	33
1.2.9 Princípio da Uniformidade Tributária (Art. 151, CF)	34
1.2.10 Princípio da Não Diferenciação Tributária (Art. 152, CF) ..	38
1.2.11 Princípio da Proteção do Mínimo Existencial	38

1.3 Imunidade Tributária.....	41
1.3.1 Considerações Iniciais.....	41
1.3.2 Conceito	42
1.3.3 Imunidade x Isenção x Alíquota “Zero”	43
1.3.4 Imunidade e Obrigações Acessórias	44
1.3.5 Classificação das Imunidades	44
1.3.5.1 Imunidades Subjetiva, Objetiva e Mista	44
1.3.5.2 Imunidades Política e Ontológica.....	44
1.3.5.3 Imunidades Geral e Específica.....	45
1.3.5.4 Imunidades Explícita e Implícita	45
1.3.6 Imunidades em Espécie	45
1.3.6.1 Imunidade Recíproca (Art. 150 VI, “a”, CF)	45
1.3.6.2 Imunidade Religiosa (Art. 150, VI, “b”, CF).....	49
1.3.6.3 Imunidade Institucional (Art. 150, VI, “c”, CF)	51
1.3.6.4 Imunidade Cultural (Art. 150 VI, “d”, CF).....	55
1.3.6.5 Imunidade Musical (Art. 150 VI, “e”, CF).....	57
1.3.6.6 Outras Imunidades	58
Capítulo 2 – Conceito de Tributo, Natureza Jurídica e Classificação dos Tributos em Espécie	61
2.1 Conceito de Tributo.....	61
2.1.1 Prestação Pecuniária, em Moeda ou cujo Valor nela se Possa Expressar	62
2.1.2 Prestação Compulsória.....	62

2.1.3 Prestação Instituída por Lei	63
2.1.4 Prestação que não Constitui Sanção de Ato Ilícito	63
2.1.5 Prestação Mediante Atividade Administrativa Plenamente Vinculada.....	64
2.2 Natureza Jurídica e Competência Tributária.....	64
2.3 Classificação dos Tributos	70
2.3.1 Tributos Vinculados, Não Vinculados e de Arrecadação Vinculada.....	70
2.3.2 Tributos Seletivos, Proporcionais e Progressivos.....	70
2.3.3 Tributos Diretos e Indiretos.....	70
2.3.4 Tributos Reais e Pessoais	71
2.3.5 Tributos com Finalidades Fiscal, Extrafiscal e Parafiscal.....	71
2.4 Tributos em Espécie.....	72
2.4.1 Impostos	72
2.4.1.1 Impostos de Competência Federal – II, IE, IR, IPI, IOF, ITR e IGF.....	72
2.4.1.1.1 Imposto sobre a Importação – II	73
2.4.1.1.1.1 Competência.....	73
2.4.1.1.1.2 Função Constitucional.....	73
2.4.1.1.1.3 Fato Gerador.....	73
2.4.1.1.1.4 Base de Cálculo	74
2.4.1.1.1.5 Alíquota.....	75
2.4.1.1.1.6 Contribuinte	75
2.4.1.1.1.7 Lançamento	76

2.4.1.1.2 Imposto sobre a Exportação – IE.....	76
2.4.1.1.2.1 Competência	76
2.4.1.1.2.2 Função Constitucional	76
2.4.1.1.2.3 Fato Gerador	77
2.4.1.1.2.4 Base de Cálculo.....	77
2.4.1.1.2.5 Alíquota	78
2.4.1.1.2.6 Contribuinte.....	78
2.4.1.1.2.7 Lançamento.....	79
2.4.1.1.3 Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer Natureza – IR	79
2.4.1.1.3.1 Competência.....	79
2.4.1.1.3.2 Função Constitucional	79
2.4.1.1.3.3 Fato Gerador	79
2.4.1.1.3.4 Base de Cálculo.....	82
2.4.1.1.3.5 Alíquota	82
2.4.1.1.3.6 Contribuinte.....	83
2.4.1.1.3.7 Lançamento.....	85
2.4.1.1.4 Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.....	85
2.4.1.1.4.1 Competência	85
2.4.1.1.4.2 Função Constitucional	85
2.4.1.1.4.3 Fato Gerador	85
2.4.1.1.4.4 Base de Cálculo.....	88
2.4.1.1.4.5 Alíquota	88

2.4.1.1.4.6 Contribuinte.....	89
2.4.1.1.4.7 Lançamento.....	89
2.4.1.1.5 Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.....	89
2.4.1.1.5.1 Competência.....	89
2.4.1.1.5.2 Função Constitucional	90
2.4.1.1.5.3 Fato gerador	90
2.1.1.5.4 Base de Cálculo.....	91
2.4.1.1.5.5 Alíquota	92
2.4.1.1.5.6 Contribuinte.....	92
2.4.1.1.5.7 Lançamento.....	92
2.4.1.1.6 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.....	93
2.4.1.1.6.1 Competência	93
2.4.1.1.6.2 Função Constitucional	93
2.4.1.1.6.3 Fato Gerador	93
2.4.1.1.6.4 Base de Cálculo.....	95
2.4.1.1.6.5 Alíquota	95
2.4.1.1.6.6 Contribuinte.....	95
2.4.1.1.6.7 Lançamento.....	96
2.4.1.1.7 Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF	96
2.4.1.1.8 Imposto Extraordinário de Guerra – IEG.....	97
2.4.1.1.9 Imposto Residual.....	98
2.4.1.1.10. SÚMULAS – IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA FEDERAL	99
2.4.1.1.10.1 Imposto de Importação.....	99

2.4.1.1.10.2 Imposto de Renda.....	99
2.4.1.1.10.3 Imposto sobre Produtos Industrializados.....	101
2.4.1.1.10.4 Imposto sobre Operações Financeiras.....	101
2.4.1.1.10.5 Imposto Territorial Rural.....	101
2.4.1.2 Impostos de Competência Estadual – ITCMD, ICMS e IPVA.....	102
2.4.1.2.1 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação – ITCMD.....	102
2.4.1.2.1.1 Competência	102
2.4.1.2.1.2 Função Constitucional	104
2.4.1.2.1.3 Fato Gerador	104
2.4.1.2.1.4 Base de Cálculo.....	105
2.4.1.2.1.5 Alíquota	105
2.4.1.2.1.6 Contribuinte.....	106
2.4.1.2.1.7 Lançamento.....	106
2.4.1.2.2 Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS.....	106
2.4.1.2.2.1 Competência.....	106
2.4.1.2.2.2 Função Constitucional.....	107
2.4.1.2.2.3 Fato Gerador.....	107
2.4.1.2.2.4 Base de Cálculo	120
2.4.1.2.2.5 Alíquota.....	121
2.4.1.2.2.6 Contribuinte	128
2.4.1.2.2.7 Lançamento	129

2.4.1.2.3 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.....	129
2.4.1.2.3.1 Competência.....	129
2.4.1.2.3.2 Função Constitucional.....	130
2.4.1.2.3.3 Fato gerador.....	130
2.4.1.2.3.4 Base de Cálculo.....	130
2.4.1.2.3.5 Alíquota.....	131
2.4.1.2.3.6 Contribuinte.....	131
2.4.1.2.3.7 Lançamento.....	132
2.4.1.2.4. Súmulas – Impostos de Competência Estadual.....	133
2.4.1.2.4.1 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação.....	133
2.4.1.2.4.2 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.....	133
2.4.1.2.4.3 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.....	137
2.4.1.3 Impostos de Competência Municipal – IPTU, ITBI e ISS...	137
2.4.1.3.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.....	137
2.4.1.3.1.1 Competência.....	137
2.4.1.3.1.2 Função Constitucional.....	137
2.4.1.3.1.3 Fato Gerador.....	138
2.4.1.3.1.4 Base de Cálculo.....	139
2.4.1.3.1.5 Alíquota.....	139

2.4.1.3.1.6 Contribuinte.....	142
2.4.1.3.1.7 Lançamento.....	143
2.4.1.3.2 Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI....	144
2.4.1.3.2.1 Competência	144
2.4.1.3.2.2 Função Constitucional.....	144
2.4.1.3.2.3 Fato Gerador.....	144
2.4.1.3.2.4 Base de Cálculo	145
2.4.1.3.2.5 Alíquota	145
2.4.1.3.2.6 Contribuinte	146
2.4.1.3.2.7 Lançamento	146
2.4.1.3.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS....	147
2.4.1.3.3.1 Competência	147
2.4.1.3.3.2 Função Constitucional	147
2.4.1.3.3.3 Fato Gerador	147
2.4.1.3.3.4 Base de Cálculo.....	152
2.4.1.3.3.5 Alíquota	152
2.4.1.3.3.6 Contribuinte	152
2.4.1.3.3.7 Lançamento.....	152
2.4.1.3.4. Súmulas – Impostos de Competência Municipal ...	155
2.4.1.3.4.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	155
2.4.1.3.4.2 Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis.....	156
2.4.1.3.4.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.....	157

2.4.2 Taxas.....	157
2.4.2.1 Taxa de Polícia.....	158
2.4.2.2 Taxa de Serviços.....	159
2.4.2.3 Súmulas – Taxas.....	162
2.4.3 Contribuições de Melhoria	164
2.4.4 Empréstimos Compulsórios	165
2.4.4.1 Súmulas – Empréstimos Compulsórios.....	166
2.4.5 Contribuições Especiais	166
2.4.5.1 Contribuições Sociais	167
2.4.5.1.1 Contribuições Sociais da Seguridade Social	167
2.4.5.1.2 Contribuições Sociais Gerais	168
2.4.5.1.3 Contribuições Sociais Residuais.....	169
2.4.5.2 Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	170
2.4.5.3 Contribuições Corporativas.....	172
2.4.5.4 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP	174
2.4.5.5 Súmulas – Contribuições Especiais.....	175
Capítulo 3 – Legislação Tributária	177
3.1 Normas da Legislação Tributária.....	177
3.1.1 Constituição Federal.....	177
3.1.2 Leis Complementares	178
3.1.3 Leis Ordinárias.....	179

3.1.4 Medidas Provisórias	180
3.1.5 Leis Delegadas	180
3.1.6 Resoluções.....	180
3.1.7 Decretos Legislativos.....	181
3.1.8 Decretos-Leis.....	181
3.1.9 Decretos.....	181
3.1.10 Tratados e Convenções Internacionais	181
3.1.11 Normas Complementares	183
3.1.11.1 Os Atos Normativos Expedidos pelas Autoridades Administrativas.....	184
3.1.11.2 As Decisões dos Órgãos Singulares ou Coletivos de Jurisdição Administrativa, a que a Lei Atribua Eficácia Normativa	184
3.1.11.3 As Práticas Reiteradamente Observadas pelas Autoridades Administrativas.....	185
3.1.11.4 Os Convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.....	185
3.2 Vigência da Legislação Tributária	185
3.2.1 Vigência Espacial.....	186
3.2.2 Vigência Temporal.....	187
3.3 Aplicação da Legislação Tributária	189
3.3.1 Exceções	189
3.4 Interpretação e Integração da Legislação Tributária	190
Capítulo 4 – Obrigação Tributária	195
4.1 Disposições Gerais.....	195

4.2 Fato Gerador.....	195
4.3 Obrigações Tributárias Principal e Acessória.....	198
4.3.1 Fato Gerador Decorrente de Situação de Fato ou de Situação Jurídica	198
4.3.1.1 Fato Gerador com Base em Situação Jurídica Condicionada.....	199
4.4 Elusão Fiscal, Evasão Fiscal e Elisão Fiscal	200
4.5 Sujeito Ativo e Sujeito Passivo.....	201
4.5.1 Sujeito Ativo da Obrigação Tributária e Capacidade Tributária Ativa	201
4.5.2 Sujeito Passivo da Obrigação Tributária e Capacidade Tributária Passiva	202
4.5.3 Solidariedade.....	205
4.5.4 Domicílio Tributário.....	209
4.6 Responsabilidade Tributária	213
4.6.1 Responsabilidade Tributária por Substituição, Originária ou de Primeiro Grau	215
4.6.1.1 Substituição Tributária Regressiva (“para trás”).....	215
4.6.1.2 Substituição tributária progressiva (“para frente”)	216
4.6.2 Responsabilidade Tributária por Transferência, Derivada ou de Segundo Grau	222
4.6.2.1 Responsabilidade em Razão da Solidariedade.....	223
4.6.2.2 Responsabilidade em Razão da Sucessão	223
4.6.2.2.1 Responsabilidade em Razão da Sucessão Decorrente da Aquisição de Bens Imóveis.....	224

4.6.2.2.2 Responsabilidade em Razão da Sucessão Decorrente da Aquisição de Bens Móveis.....	226
4.6.2.2.3 Responsabilidade em Razão da Sucessão “Causa Mortis”	227
4.6.2.2.4 Responsabilidade em Razão da Sucessão Empresarial.....	229
4.6.3 Responsabilidade por Transferência de Terceiros	236
4.6.3.1 Responsabilidade de Terceiros com Atuação Regular	236
4.6.3.2 Responsabilidade de Terceiros com Atuação Irregular... ..	239
4.6.3.3 Responsabilidade por Infrações.....	241
4.6.4 Denúncia Espontânea	245
Capítulo 5 – Crédito Tributário.....	249
5.1 Noções Gerais.....	249
5.2 Lançamento	250
5.2.1 Competência para o Lançamento	250
5.2.2 Legislação Regente no Lançamento	251
5.2.4 Modificação do Lançamento	253
5.3 Modalidades	255
5.3.1 Lançamento de Ofício (ou Direto)	255
5.3.2 Lançamento por Declaração (ou Misto).....	257
5.3.3 Lançamento por Homologação (ou Autolancamento).....	260
5.4 Suspensão do Crédito Tributário.....	263
5.4.1 Noções Gerais.....	263
5.4.2 Moratória.....	264

5.4.3 Parcelamento.....	268
5.4.4 Reclamações e Recursos no Âmbito do Processo Administrativo Fiscal.....	272
5.4.5 Liminares em Mandado de Segurança ou em Tutela Antecipada.....	273
5.4.6 Depósito do Montante Integral	273
5.5 Extinção do Crédito Tributário	276
5.5.1 Noções Gerais.....	276
5.5.2 Pagamento	277
5.5.3 Compensação	289
5.5.4 Transação.....	292
5.5.5 Remissão	293
5.5.6 Decadência.....	294
5.5.6.1 Conceito e Regras Gerais de Contagem da Decadência	294
5.5.6.2 Primeira Exceção – Anulação do Lançamento por Vício Formal em Decorrência de Decisão Definitiva	298
5.5.6.3 Segunda Exceção – Antecipação de Contagem	299
5.5.6.4 Terceira Exceção – Lançamento por Homologação.....	300
5.5.6.5 Esquematização dos Termos Iniciais de Decadência Tributária.....	304
5.5.7 Prescrição.....	305
5.5.7.1 Conceito e Regra Geral de Contagem da Prescrição	305
5.5.7.2 Interrupção do Prazo Prescricional.....	307

5.5.7.3 Suspensão do Prazo Prescricional.....	310
5.5.8 Conversão do Depósito em Renda	311
5.5.9 Pagamento Antecipado e a Homologação do Lançamento ...	312
5.5.10 Consignação em Pagamento	312
5.5.11 Decisão Administrativa Irreformável.....	313
5.5.12 Decisão Judicial Transitada em Julgado	314
5.5.13 Dação em Pagamento de Bens Imóveis	314
5.6 Exclusão do Crédito Tributário	314
5.6.1 Noções Gerais	314
5.6.2 Isenção	315
5.6.3 Anistia.....	318
5.7 Garantias e Privilégios do Crédito Tributário	320
5.7.1 Garantias	320
5.7.2 Preferências.....	324
Capítulo 6 – Administração Tributária.....	327
6.1 Fiscalização	327
6.2 Dívida Ativa.....	332
6.3 Certidões.....	334
6.4 Contagem de Prazo.....	335
Referências.....	337